

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 5 de agosto de 1999

Interesse público e interesses privados ESTRATÉGIA ECONÔMICA DESEJÁVEL DEVE MODERNIZAR FÓRMULAS ULTRAPASSADAS

*Marcelo de Paiva Abreu**

Na confusão estratégica em que está mergulhado o País vale quase tudo. Declarado o esgotamento político do sucesso da estabilização, e a despeito dos riscos envolvidos na protelação indefinida de medidas essenciais ao seu sucesso sustentado, tais como as reformas tributária e previdenciária, intensificou-se a pescaria em águas turvas. Como a política também detesta o vácuo, sucedem-se as tentativas de ocupar os espaços deixados pela paralisia governamental quanto à recauchutagem de seu programa estratégico inicial.

De um lado, o Senador Antonio Carlos Magalhães, em súbita crise de consciência social, propõe a criação de novos programas sociais financiados por novos impostos, em meio à tramitação penosa da reforma tributária e sem enfatizar a necessidade de melhoria na eficiência da ação do Estado. Por outro lado, lideranças empresariais têm mantido a ofensiva na busca de definições de políticas industriais que beneficiem seus setores específicos de atuação. Este discurso vem em geral acompanhado de críticas, mais ou menos veladas, ao que se fez nos últimos dez anos. É como se a estagnação econômica dos anos oitenta pudesse ser relevada pelo fato de que para alguns setores ainda foi possível extrair favores seletivos do Estado. Algumas destas contribuições empresariais têm merecido elogios rasgados na mídia, embora continuem obscuras as idéias defendidas, com base em exercícios rudimentares de simulação defende-se a volta de políticas baseadas na escolha de vencedores para compor a lista de comensais dos bancos públicos. A percepção estratégica destes empresários tem até mesmo sido comparada à de predecessores, da época em que os próprios empresários ainda escreviam de próprio punho o que defendiam: Roberto Simonsen, Jorge Street e Horácio Lafer.

Seria uma visão exageradamente cínica e mecanicista negar que haja espaço para virtudes cívicas e espírito público no pensamento empresarial. Mas seria, por outro lado, ridiculamente ingênuo esquecer a inexorabilidade da lógica econômica que faz o empresário levar em conta continuamente estratégias que maximizem o seu lucro. Em situações ideais existe convergência entre interesse público e interesses privados e a perseguição do lucro coincide com o interesse público através da geração de emprego, da ampliação dos mercados e da melhoria da qualidade de vida da população.

A carreira de Roberto Simonsen, maior ícone do pensamento empresarial brasileiro pode servir de ilustração a esta análise. Embora tivesse interesses na esfera da indústria ao final dos anos vinte, o início da sua vida empresarial esteve centrado na construção civil, especialmente em um grande contrato de construção de quartéis. Na segunda metade da década, seu interesse empresarial incluía também a participação na Casa Murray Simonsen, representante do “merchant bank” londrino Lazards, envolvido no financiamento do Instituto do Café de São Paulo e do Banco do Estado de São Paulo.

Nas suas manifestações públicas anteriores a 1930 Simonsen registrou, já em 1928, quando da criação do Centro das Indústrias de São Paulo, embrião da FIESP, a sua preferência por uma política econômica baseada no estímulo à indústria nacional. Mas, em 1926, havia apoiado a estabilização de Washington Luis, a despeito das alegações quanto à sobrevalorização envolvida na volta ao padrão ouro. Com a interrupção da entrada de capitais externos, os interesses empresariais de Simonsen concentraram-se na indústria e em negócios imobiliários. Sua exposição pública aumentou significativamente: como deputado em 1934-1937, no Conselho Federal de Comércio Exterior e presidindo a FIESP em 1937-1945. Em diversas obras defendeu persistentemente a necessidade de proteger a indústria nacional. Em 1944, travou polêmica com Eugênio Gudin na qual defendia a ênfase na intervenção do Estado e na proteção à indústria. Embora tecnicamente tenha sido triturado por Gudin, a história demonstraria que as conclusões de sua análise eram mais realistas do que as de seu contendor. De fato, foram os próprios seguidores de Gudin que, em 1947, em nome da defesa da estabilização, adotaram taxa cambial sobrevalorizada combinada com controles cambiais estritos. E não é claro, dada a conjuntura internacional à época, se haveria política alternativa viável.

Poderia assim ser argumentado que pelo menos a partir de 1930 houve convergência entre os interesses privados beneficiados pela ação discricionária do Estado e o interesse coletivo. Esta convergência, entretanto, começou a fazer água nos anos setenta e hoje simplesmente não existe mais. Este modelo se esgotou e não há apelo à história que o ressuscite. Cabe aos empresários pensar em estratégias alternativas que, com base em uma economia relativamente aberta, privatizada e adequadamente regulada, de novo alinhem as suas pressões por maior intervenção do Estado a objetivos de interesse público.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.